

O País deu certo na segunda metade da década de 50 — e hoje?

Márcio Garcia Vilela*

Há algum tempo, órgão da imprensa nacional publicou artigo do professor André Lara Resende, no qual era relatado um diálogo que tivera com o economista Roberto Frenkel. No curso da conversa, Frenkel lhe teria inquirido:



— Você por acaso já se deu conta de que há países que nunca dão certo?

Confesso que cada vez mais venho sentindo essa sensação nesses últimos anos. De fato, o Brasil deu certo, a despeito de alguma dose de irresponsabilidade, na segunda metade dos anos 50. Na década de 60, após o operoso governo Castello Branco, que promoveu, para a época, reformas profundas e corajosas — e só não avançou muito mais porque lhe faltou tempo —, o País ficou preparado para um longo ciclo de prosperidade, que durou cerca de doze anos. O desastre começou com o último governo militar, embora seja justo reconhecer que, por volta de 1984, importantes ajustes estavam em andamento ou haviam sido concluídos. Aí vem a Nova República. Principalmente sob o pretexto de assegurar a chamada transição democrática, entrou-se numa fase de desatinos e de desgoverno que, ao invés de buscar o fortalecimento das instituições nacionais, levou a resultado justamente inverso: Estas nunca sofreram processo tão diabolicamente eficaz de desmoralização e descrédito. A começar pela própria Constituição aprovada em 1988, à qual se pretendeu dar o equivocado nome de Constituição-Cidadã. Esta, ao contrário de organizar o Estado e seus poderes para garantir clima e ambiente de governabilidade, contribuiu ainda mais para perpetuar, agora em termos estruturais, as dificuldades concernentes a sua gestão. Também pudera. Ao lado de preconceitos, de crenças ultrapassadas, de populismo rasteiro e demagógico da parte dos constituintes, somou-se espantoso imobilismo do presidente da República — líder natural do País histórica e institucionalmente —, que, aparentemente, só concentrou seus interesses em dois temas: duração do seu mandato e manutenção do sistema presidencialista, com os quais, aliás, sua excelência pura e simplesmente não soube o que fazer.

Excetuado o discurso, pomposo e algo barroco do Brasil Novo, é aterrorizador observar como a "praxis" atual se assemelha com a anterior. Enquanto isso, o País se aprofunda em estado de falência financeira e moral. Poucos são os que se animam a acreditar que o Estado brasileiro ainda é capaz de operar, com um mínimo de eficácia, principalmente a sua função mais importante, que é a de arbitrar conflitos. Em consequência, o tecido político-social se esgarça, renunciando, em algum ponto no futuro, graves dis-

túrbios que podem desembocar em algum tipo de ruptura institucional.

Ninguém defende mais do que eu o Congresso Nacional, como instituição. Temo, entretanto, que, hoje, muito poucos se dispõem a defendê-lo, caso venha a ser objeto de alguma espécie de constrangimento.

Nada há de mais aflitivo do que o noticiário que informa a transformação de suas dependências em centro ativo de tráfico de drogas; isso sem falar nas acusações feitas a membros seus, cada vez mais desconcertantes.

Parece que alguma reação tem vindo do Judiciário, tímidas e insuficientes, porém. Além do mais, no Brasil, este sempre esteve tão longe do povo que, só muito difusamente, é por enquanto possível nele confiar. Ele não está, infelizmente, ao alcance do cidadão comum, que mal o conhece e por isso mesmo não o compreende.

Por tudo isso, há justificado desânimo em perigoso processo de expansão.

É dramático reconhecer que a inviabilidade brasileira tem origem não em deficiências estruturais do País. Assinale-se, aliás, que, sob esse aspecto, nenhum país é inviável. O que nos falta, na realidade, são lideranças responsáveis, lúcidas e corajosas, que, contemporâneas dos novos tempos, sejam capazes de formular diretrizes e dar rumos à Nação.

Daí a sempre atual observação de San Thiago Dantas, recentemente redescoberto e muito valorizado, mas agora, segundo se insinua na provincianíssima Brasília, nem tanto: no Brasil, o povo, enquanto povo, é melhor que suas elites, enquanto elites.

Assim se explica por que o debate político e econômico entre nós se torna cada vez mais enfadonho. Percebe-se um sentimento de cansaço, de desânimo, de inutilidade, como se, estando tudo perdido, não vale a pena discutir, arrazoar, tentar e agir. Bem anda fazendo o professor Mário Henrique Simonsen, a quem, segundo se comenta, só a música tem interessado, certamente porque, descrente com tanta sandice, perdeu ou está perdendo o estímulo de entrar neste verdadeiro balaio de gatos em que estão transformando o País.

E uma pena. Talvez os brasileiros merecessem algo melhor. Entretanto, é o que temos. Como os economistas heterodoxos, sobretudo os oriundos do PMDB, já demonstraram, à custa de milhões de cobaias, que não se conduz uma nação com jogos de mágicas e tampouco com espetáculos histriônicos, por melhores que sejam os atores e por mais perfeita que seja a "mise en scène", só resta esperar que, de repente, o palco se ilumine, se refaça a peça, escale o diretor novo elenco para que nós, da galera, retomemos o fôlego e a esperança. Que seja rápido, pois o sufoco começa a ficar insuportável.

* Doutor em Economia Política, ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais. Diretor-gerente da Tendência Consultoria.